

EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EMPREGABILIDADE

EDUCACIÓN, DESARROLLO Y EMPLEABILIDAD

Maria Eunice Lopes¹

RESUMO

Ao se examinar o papel da Educação frente ao desenvolvimento do Brasil, em sua classe sócio-econômica desfavorecida - algumas questões devem ser colocadas. Apenas expandir o Sistema Educacional não é resposta para os problemas brasileiros, pois se sabe que é necessário muito mais. Educação, Desenvolvimento e Empregabilidade exigem não só modernização técnico-material, mas liberdade, dignidade, realização pessoal, escolaridade e conhecimento formal humanos, principalmente se o nível sócio-econômico do empregado for muito baixo, próximo do miserável. Dentre todas as questões, uma apresenta maior importância: a empregabilidade face à economia e ao desenvolvimento sócio-político-educacional do país. O homem já entendeu que a condição de pobreza ou a miserabilidade não é um fato impossível de reversão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Desenvolvimento Sócio-econômico; Trabalhador; Empregabilidade.

RESUMEN

Al examinar el papel de la educación frente al desarrollo de Brasil en su clase de desventajas socio-económicas - algunas de las preguntas se deben hacer. Expandir el sistema educativo no es la respuesta a los problemas de Brasil, se sabe que se necesita mucho más. La educación, la empleabilidad de desarrollo y modernización no sólo requieren técnicas y materiales, pero la libertad, la dignidad, la realización personal, la educación formal y el conocimiento humano, sobre todo si la situación socioeconómica de los empleados es muy bajo, cerca de los miserables. De todos los temas, uno es más apropiado: la empleabilidad en el rostro de la educación económica y socio-político en el país. El hombre ya ha comprendido que la condición de pobreza o la indigencia no es un hecho imposible de revertir.

PALABRAS CLAVE: Educación; Desarrollo Socio-económico; Trabajador; Empleabilidad.

1 – INTRODUÇÃO

Educação é o processo de desenvolvimento/adestramento da capacidade física, moral e intelectual do ser humano, visando à sua melhor integração individual e social no mundo em que se insere, possibilitando-lhe adquirir conhecimentos e usá-los na prática de afazeres diários.

E Desenvolvimento não se refere apenas ao homem: é necessário que haja adequação entre este e o espaço em que vive, onde se localizam as

¹ Especialista em Gestão de Pessoas e Gerenciamento Empresarial pelo Centro de Ensino Superior de São Gotardo, licenciada plena em Letras: Português/Francês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Professor José Augusto Vieira e licenciada curta em Letras: Português pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Centro de Ensino Superior de São Gotardo e da Rede Estadual de Ensino. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0340038567644363>.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número I Jan-jun 2010	Trabalho 03 Páginas 24-39
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

preocupações básicas e as obrigações fundamentais de qualquer pessoa, uma vez que Desenvolvimento se refere também ao estágio sócio-político-econômico de qualquer Estado ou Sociedade, quando a presença de fatores como trabalho, produção, capital e recursos naturais estabelecem sua significação.

No entanto, havendo tais fatores, a Empregabilidade - interrelação emprego/desemprego, sustento econômico ou sua falta em relação ao indivíduo ou à sua família, segurança adquirida ou não, oportunidade de adequação ou crescimento profissional do empregado no local em que exerce seu ofício, salário justo recebido por exercer determinada atividade, aspectos legais a serem cumpridos tanto pelo empregador quanto pelo empregado - considerada nos aspectos externos ao homem, torna-se situação de risco, uma vez que o trabalhador precisa apresentar um mínimo de condições pré-estabelecidas para ser admitido em um determinado emprego - decorrentes da Educação e da competência/experiência/capacitação/treinamento por ele recebidos - e o empregador, condições de as reconhecer e aproveitá-las quando exigíveis, pois, se não houver estes dois lados, a empregabilidade não existirá.

Por isso, tudo é colocado como sendo Educação - e realmente é. Mas não para o desenvolvimento, pois, segundo PRETI, “educação, em sua etimologia de educare (ato de criar, de alimentar) ou de educere (conduzir para fora) indica ação, implica relação.” Para que se destine ao desenvolvimento, “a Educação deve se referir às relações pessoais, sociais, políticas e naturais do homem e do seu espaço, pois está imiscuída em tudo e em todos, é parte do todo e é o todo em si”, além de lhe fornecer, ao homem, o conhecimento e o treinamento básico profissionais, uma vez que o trabalho é tão importante quanto a Educação e dele dependerá toda a vida do ser humano.

Portanto, Educação, Desenvolvimento e Empregabilidade exigem não só modernização técnico-material, mas liberdade, dignidade, realização pessoal, escolaridade e conhecimento formal humanos, principalmente se o nível sócio-econômico do empregado for muito baixo, próximo do miserável. E, além disto, conforme GOMES, “é imperioso intentar o melhoramento qualitativo da formação

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número I Jan-jun 2010	Trabalho 03 Páginas 24-39
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

profissional a fim de que não continue a se verificar a frustração dos jovens (...) com a profissionalização.”

Ao se examinar o papel da Educação frente ao desenvolvimento de um país - neste caso, o Brasil, em sua classe sócio-econômica desfavorecida - algumas questões devem ser colocadas. Apenas expandir o Sistema Educacional não é resposta para os problemas brasileiros, pois se sabe que é necessário muito mais - e “mais” se refere a uma quantidade infindável de problemas - e diferenciadas formas de ação governamental devem ser praticadas, pois é preciso ir à luta e é obrigatório vencer.

Dentre todas as questões, uma apresenta maior importância: a empregabilidade face à economia e ao desenvolvimento sócio-político-educacional do país. O homem já entendeu que a condição de pobreza ou a miserabilidade não é um fato impossível de reversão, porque melhores condições de vida podem ser alcançadas através do trabalho, mesmo que este seja mais sacrificado e menos racional, dependendo apenas da empregabilidade oferecida pelo país ou por particulares e do nível de competência de cada candidato.

Assim sendo, o maior problema para o índice desenvolvimentista do país é a Educação, pois o desenvolvimento exige trabalho; o trabalho exige competência; a competência exige experiência; a experiência exige capacitação; a capacitação exige treinamento; o treinamento exige Educação; a Educação exige desenvolvimento; o desenvolvimento exige trabalho - e não se sairá nunca deste círculo, iniciado desde que se começou o trabalho grupal na Terra e não-passível de ser terminado, pois o trabalho existirá sempre e será necessário e exigível para a vida do ser humano pela eternidade.

2 – EMPREGABILIDADE DA CLASSE SÓCIO-ECONÔMICA DESFAVORECIDA

Um plano de mudança desenvolvimentista considerava como objetivos principais o crescimento da renda nacional, a empregabilidade farta para todos, a igualdade na distribuição dessa renda nacional, a estabilidade da balança de pagamentos. Incluía, também, objetivos sociais: melhor educação e melhor saúde

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número I Jan-jun 2010	Trabalho 03 Páginas 24-39
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

pública, cuidados médicos e mais residências, entre outros. Só que, Educação, num projeto desenvolvimentista, é fator condicionante. Não se quer dizer que a solução dos problemas brasileiros esteja na Educação, mas que se deve valorizá-la é uma necessidade gritante, pois um fator é a escola e outro é a Sociedade. Há uma interligação entre esses fatores, um influenciando e recebendo influência do outro, de modo que a escola realize a Educação e a Sociedade também o faça, realizando a escola.

Este é o processo que a sociedade de massa - o povo - espera, pois sua sobrevivência depende fundamentalmente da Educação, do Sistema Educacional compatível com o desenvolvimento, pois o povo é o causador e a vítima das transformações velozes de atualmente e não se é possível mais viver sob o comando de uma elite culta que se basta, uma vez que competência e eficiência são imposições desenvolvimentistas para a Sociedade atual e não existem sem Educação, sem escolaridade.

O maior problema de um sistema econômico é o homem educacionalmente despreparado. Já não é mais o capital, mas um trabalhador competente para as funções administrativas e técnicas existentes, consideradas desde o planejamento até a execução, para as ações compatíveis e exigíveis para o seu desenvolvimento correto e necessário no cargo por ele ocupado, uma vez que a eficiência nos setores trabalhistas depende de homens preparados e capazes de executarem suas tarefas.

No entanto, a estrutura da preparação, o Sistema Educacional, a Educação em si, pode ser ineficiente e subsistir impune na Sociedade, uma vez que, quando a ineficiência existe em outros campos, a livre concorrência determina um limite mínimo de eficiência, o que não ocorre no campo da Educação.

Portanto, a Educação é o centro dos problemas econômicos e deve ser considerada como o primeiro instrumento para qualquer obra de desenvolvimento de qualquer país, já que se sabe que, à sua falta, os fatores de produção econômica, às vezes escassos, atingirão, de forma contrária, níveis altos de desperdício.

Considerando-se a classe de nível sócio-econômico desprivilegiada no Brasil, comprova-se que os jovens são preparados para o trabalho através de

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número I Jan-jun 2010	Trabalho 03 Páginas 24-39
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

treinamento em serviço e educação não-formal. A Educação a eles oferecida, a escolaridade por eles apresentada, não são fatores interligados, apenas indicadores de treinabilidade.

Na situação empregatícia, os jovens ingressam no trabalho de forma improvisada, principalmente se ele, o trabalho, destina-se a um nível sócio-econômico mais baixo e não-exigente da Sociedade. Quanto menor o nível sócio-econômico do jovem trabalhador, mais cedo e em piores condições educacionais estará o candidato ao emprego, o que comprova e reforça diferenças sociais marcadas pela escolaridade e pela origem social do homem.

O desenrolar da vida em uma família de classe sócio-econômica baixa deixa muito a desejar e apresenta uma lista imensa de inexistências básicas, entre elas alimentação, vestuário, remédio, lazer, educação. A Educação é sempre a última a ser considerada, mesmo que o jovem possua transporte escolar, alimentação, material didático e ensino gratuitos, porque faz menos falta à família. Sem alimentação, vestuário, socorro às doenças e diversão, a família não sobreviverá, mas sem a Educação, sim. Esta pode ser adquirida informalmente, através da vizinhança, do companheirismo com os amigos, da sabedoria dos mais velhos, da relação mantida entre patrão/empregado pelos pais. Caso não exista, não fará falta ao se conseguir um emprego.

Não há preocupação relacionada à ascensão sócio-profissional, pois o trabalho não é dos melhores, o salário é mínimo, a jornada de trabalho é razoável e as exigências são poucas. Será apenas para ajudar em casa: “ajudar”, não “manter” a casa. Por isso, não há preocupação com a Educação ao se procurar um trabalho e a escolaridade é sempre esquecida.

No entanto, a entrada do jovem na classe de trabalhador é feita cedo, quando o mesmo possui baixo nível de escolarização ou até quase nenhuma. Este início de carreira é um momento determinante na vida do jovem, pois dele dependerá toda a sua vida ativa.

É certo que existem várias alternativas de emprego em vários escalões sociais e várias formas de se atingi-las, mas, se a situação econômica estiver em baixa, a necessidade de emprego estará em alta. Nesta situação específica,

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número I Jan-jun 2010	Trabalho 03 Páginas 24-39
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

qualquer emprego é bom emprego e qualquer salário é bom salário, pois a pobreza obriga os jovens a trabalharem cedo. Como não há escolha do emprego e qualquer um seja a solução, quanto mais baixa a origem sócio-econômica, pior a posição na estrutura ocupacional: o status profissional continuará amarrado ao status de origem, ao nível sócio-econômico do empregado e à sua escolarização formal.

Nas famílias mais humildes todos trabalham: os maiores - ainda não empregados - cuidam dos menores, ajudam na limpeza da casa, lavam roupas, preparam alimentos, arrumam a cozinha após as refeições, enquanto os pais se encontram fora, também trabalhando; se forem rurais, ainda acompanharão os pais em suas obrigações diárias, uma vez que há necessidade da manutenção dos poucos recursos existentes. Porém, se a família for mais elitizada, evitará a entrada de seus filhos em empregos informais, para que possam entrar em um mercado de trabalho melhor, eles melhor preparados, em boas condições educacionais, apresentando razoáveis competência/experiência/capacitação/treinamento para o serviço escolhido.

No entanto, quando se trata de baixo nível sócio-econômico, os jovens não apresentam idade mínima de admissão ao trabalho, escolaridade esperada, competência/experiência/treinamento/capacitação individuais para exercerem funções especializadas.

Segundo GOMES,

Em termos de localização na estrutura ocupacional, crianças e jovens tendem a trabalhar elevado número de horas semanais e a perceber baixos salários, pouco dispondo de cobertura previdenciária. Seus “empregos” são encontrados, sobretudo, através de meios informais. Suas atividades são exercidas notoriamente nos setores primário e terciário da economia. Isto quer dizer que grande parte desses jovens se situa no setor informal do mercado de trabalho.

Não havendo necessidade de experiência/treinamento/escolarização e nem mesmo competência, visto serem seus trabalhos de pouca atração, no geral.

E, ao se questionar se há prejuízo do trabalho ou da escolarização numa situação desta, não há resposta definitiva. Há tipos de trabalho que exercem influência negativa sobre o jovem, pois o impedem de ir, regularmente, à escola. No entanto, o problema é que, no setor informal, inseguro e de baixa remuneração, o

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número I Jan-jun 2010	Trabalho 03 Páginas 24-39
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

exercer atividades - se agrárias, pior - não favorece a permanência do jovem na escola: exige tarefas extenuantes por longa jornada de trabalho e não lhe permite - às vezes até desaconselha - o início/continuação dos estudos e o conhecimento, a escolarização e o respectivo aumento da competência/experiência/capacitação/treinamento profissional de cada um, havendo, pois, prejuízo da escolarização frente à situação laboral exercida pelo trabalhador.

A vinculação entre a escola e o trabalho não é direta e a Educação entre os trabalhadores não ultrapassa o senso comum. Assim, há problemas sociais desde a inserção do jovem no trabalho. Considerando esta situação, vários aspectos são condicionantes: decisões que o levam a trabalhar; meios utilizados para obter o trabalho; forma de se tornar apto para exercer as ocupações; papel exercido pela Educação em todo esse processo - entre outros de menor importância ou menos determinantes na mesma situação.

As decisões que o levam a trabalhar englobam as condições sócio-econômicas em que o jovem se encontra e são determinantes para que todos na família trabalhem ou não. Se há necessidade de ajuda financeira para o grupo, há necessidade de trabalhar, não importa onde nem como, a que custo ou empregado de quem. Se a solução é o emprego, qualquer um serve. Sem condições pré-estabelecidas - idade, sexo, cor, salário, jornada de trabalho, escolaridade, locomoção, crença religiosa, inclusão previdenciária, entre outras - o jovem ingressa no mercado de trabalho bem cedo, sem chances de crescer profissionalmente, já que sua escolarização é baixa e terá de ser treinado no serviço.

Passada a fase inicial, há a acomodação no trabalho. A sua vida será apenas empurrada junto à dos outros, num ritmo normal, como se tudo estivesse correndo bem, o que, na verdade, raramente acontece. Se há um trabalho para se fazer, vai-se fazê-lo e o resto não importa mais: emprego conseguido, solução encontrada, problema resolvido. Não há nem a escolha do trabalho. Trabalha-se em qualquer lugar onde houver vaga.

É a necessidade urgente de sobrevivência, de complementação da renda familiar e, sobretudo, de independência sócio-econômica, uma forma de se mostrar auto-suficiente perante a Comunidade que o cerca. E como não houve oportunidade

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número I Jan-jun 2010	Trabalho 03 Páginas 24-39
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

de escolha, aceita-se a oportunidade de trabalhar em um mercado de trabalho difícil, onde a competência/experiência/capacitação/treinamento são feitos e adquiridos no próprio local de trabalho, a partir do momento em que se assume a vaga, deixando a escolaridade de ser um obstáculo à entrada no serviço, estando o emprego, assim, garantido.

Essa situação comprova que os primeiros meses da carreira do jovem trabalhador pobre são fixados pelo imprevisto/desinformação/falta de iniciativa, pois ele estará em pleno “treinamento para o serviço”, já que se lançou de corpo e alma à primeira oportunidade de trabalho que lhe apareceu à frente, sem condições de escolha ou opção por determinado trabalho, visto a necessidade premente de conseguir emprego.

A Educação recebida por ele, normalmente muito pouca, não lhe ofereceu orientação profissional na escola - raramente oferecida até hoje, a não ser em escolas especializadas para tanto, e, mesmo nessas, com grandes desvios de formação profissional. Nessas escolas, as informações são dadas de maneira aleatória, mas não as orientações profissionais exigíveis para que se faça uma opção profissional correta, ainda que em uma situação de emergência sócio-econômica como essa.

Portanto, são insuficientes a atuação da escola e dos serviços de orientação e colocação profissional. Desta forma, as desigualdades educacionais e sociais são perpetuadas desde que o jovem começa a trabalhar, estando e permanecendo ele em desvantagem no mercado de trabalho, agravando-se a situação na mesma proporção em que ele baixa em seu estrato social.

A contribuição maior oferecida pela escola é a Educação Geral. Os cursos profissionalizantes normais são ineficientes e separados da prática. Porém, ao se considerar as habilidades de ler, escrever, calcular, comunicar-se oral e por escrito, dentro de um conteúdo escolar pré-estabelecido, essas habilidades e atitudes sociais são bem desenvolvidas dentro da escola e são valorizadas na medida em que delas se necessita.

O desvio está apenas no Ensino Profissionalizante, pois não há um relacionamento íntimo entre este e o trabalho, a profissão. Não há interligação entre

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número I Jan-jun 2010	Trabalho 03 Páginas 24-39
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

a teoria e a prática. A escola se torna um ambiente artificial, um lugar que prega e não comprova a pregação. Oferecendo uma visão parcialmente falsa do mundo e do mercado de trabalho, ela não possui uma delimitação específica sobre as necessidades dos alunos e das profissões mais visadas ou procuradas por eles, tornando-se descontínua e desassociativa, em questão de teoria e prática, principalmente se a ocupação principal do emprego estiver na execução de atividades manuais.

Por isso, a escolaridade não é obrigatória, pois se sabe que a escola não fornece aprendizagem para as habilidades manuais exigíveis pelo empregador, valendo apenas a experiência prévia possuída pelo candidato ou a boa-vontade em possuir essa experiência após o treinamento fornecido pela empresa. Se o empregado não sabe executar a tarefa, fazê-lo trabalhar e render em seu ofício só é possível após o fornecimento, a ele, do treinamento correto para a atividade que será efetuada - e justamente pelo empregador que o contratou.

A desassociação entre a escola e o mercado de trabalho - quando se trata da classe sócio-econômica desfavorecida - baseia-se na falta de conexão do currículo com o mundo do trabalho, da falta de preparação do jovem para o trabalho e na inadequação do ensino e treinamento escolar em habilidades básicas para o trabalho. Tudo gira em volta do trabalho, da profissão, do emprego. Tudo, menos a escola, a escolaridade, a Educação.

Todas as habilidades requeridas para os empregados de ocupações manuais fogem ao conteúdo cognitivo do currículo escolar e não pertencem ao conteúdo prático do mesmo, ou seja, nenhuma área da Educação prepara o jovem e lhe permite adquirir capacidade para trabalhar em um emprego cujo melhor desempenho esteja no desenvolvimento de atividades manuais.

Portanto, o jovem pertencente à classe econômica menos favorecida entra no mercado de trabalho em condições inferiores: começou a trabalhar muito cedo, empregado de improviso, não escolheu a profissão, não possui a escolaridade ideal, não apresentou competência/experiência/capacitação/ treinamento bem dirigidos pela escola, não fará carreira como um bom empregado e continuará

percebendo um baixo salário pelo seu trabalho, além de, raramente, ser beneficiado pelos planos de previdência social.

E se a escola não foi a responsável pela formação dos trabalhadores, a escolaridade não foi exigida por ter se tornado dispensável - todos conhecem bem as escolas e o que elas oferecem, se são escolas normais, antigamente de 1º./2º. Graus e hoje de Ensino Fundamental e Médio - e a Educação em si não existiu.

A escola, espaço em que se recebe a Educação, deveria se apresentar e ser, pelo menos, um espaço que permitisse ao aluno se envolver com os aspectos práticos e profissionais de sua vida, adquiridos pela escolaridade, pela transmissão de conhecimentos e treinamentos de habilidades úteis para o exercício profissional. Teria de apresentar uma formação profissional da maior prioridade e da melhor qualidade possíveis, mas sua atuação nesse sentido foi quase nula.

Além de tudo, a classe social menos favorecida é atingida, conforme ainda GOMES:

Por meios de comunicação de massa, por tecnologias, formas de organização do trabalho, valores e padrões de comportamento que fazem parte do mundo a que se integram perifericamente... O jovem trabalhador muitas vezes desempenha dois papéis a um só tempo: por um lado ele é o adulto, o arrimo da família, e pelo outro, é adolescente e, como tal, é retratado pela cultura de massa.

No entanto, a escolaridade não é aceita como capacitação dos indivíduos para o trabalho, mas apenas como indicadora de valores, atitudes, hábitos e a possível treinabilidade do aluno, o jovem trabalhador; só secundariamente é reconhecida como geradora de habilidades e capacitadora profissional. Por isso, dependendo da necessidade, o empregador se lembra ou não de a exigir para determinada função ou emprego específico. No geral, a escolaridade é dispensada, pois não é aceita como processo de aquisição de competências.

3 – NECESSIDADE DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES

Apesar da situação caótica em que se encontra o empregado jovem, de nível sócio-econômico baixo, mesmo considerando toda a problemática que o envolve, alguns jovens trabalhadores - principalmente os que não conseguiram

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número I Jan-jun 2010	Trabalho 03 Páginas 24-39
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

terminar o Ensino Médio - ainda desejam se profissionalizar corretamente, ou seja, através da escola, possuindo um diploma que lhes confira tempo de aprendizagem para o serviço, preparação para o trabalho, treinamento para desempenharem determinadas atividades requeridas pelo empregador, de preferência conseguido numa Escola Profissionalizante, embora, na falta dessa, qualquer instituto seja procurado e por eles aceito.

Por isso, encontram dificuldades. As escolas profissionalizantes são poucas e exigem bom ou ótimo nível de conhecimento. Na maioria das vezes, não é possível participar delas sem testes ou concursos. Como o jovem pobre não teve uma Educação satisfatória, torna-se impossível a ele concorrer, ser aprovado e usufruir da vaga e, posteriormente, do estudo específico. No entanto, apenas em escolas pertencentes ao Sistema Urbano de Formação Profissional - SENAI² ou SENAC³, entre outras - e algumas Escolas Técnicas Federais, os alunos conseguem obter diploma específico para determinada área de atuação.

E o problema em relação ao trabalho se complica cada vez mais. Não adianta ao jovem trabalhador de classe pobre desejar uma profissionalização de Ensino Médio completa, uma vez que, se ele precisa trabalhar urgentemente, não lhe sobrar tempo para efetivar uma Educação Profissionalizante eficaz e capacitadora.

Além disto, a preparação para o trabalho é uma alternativa de profissionalização.

Toda alternativa de profissionalização deveria ser efetiva e boa. Deveria ser explorada desde as escolas do 1º. Grau, onde ela fosse cabível, dentro do horário de aulas, diferenciada por áreas de atuação. As antigas Escolas Estaduais Polivalentes de 1º. Grau possuíam esses horários e foram excelentes Centros de Treinamento Profissional em Artes Industriais, Educação para o Lar, Técnicas Agrícolas e Técnicas Comerciais, para todos os alunos.

A escolha profissional desses foi feita após cursarem todas as áreas, obrigatoriamente, como aula normal do currículo escolar, pois as Escolas Polivalentes pertenciam ao 1º. Grau e a continuidade se efetivaria no 2º. Grau. Por

² Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

³ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número I Jan-jun 2010	Trabalho 03 Páginas 24-39
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

isso, embora não mais existam as Escolas Polivalentes, há obrigatoriedade da existência de Centros de Estudos Profissionalizantes, em todas as cidades - ou, pelo menos, nas maiores e com maior número de habitantes - nem que seja apenas para possibilitar uma opção profissional para os jovens carentes e que necessitem de escolaridade comprovada para seus empregos.

Os problemas relativos a transporte, alimentação, material didático, alojamento e vestuário do aluno, entre outros, já estão resolvidos pelo Governo e permitem a integração entre o Ensino Fundamental e o Médio, perfeita e corretamente feita por todos os jovens trabalhadores, sem a preocupação de não haver condições econômicas para enfrentar a escola e nela conseguirem um diploma, nem que seja apenas atestando a escolaridade do jovem trabalhador carente, permitindo-lhe concorrer a um bom emprego ou mesmo a um emprego razoável.

Aí, sim, a escolaridade poderia ser um item a ser valorizado pelo empregador e a Educação estaria atuando dentro dos objetivos a que se destina, dentro da vida profissional dos trabalhadores. Mesmo na impossibilidade de haver Escolas Profissionalizantes para todos, seria bom se houvesse, apenas como boa alternativa, agências externas às escolas (talvez até ONG's), financiadas pelo Governo, que cuidassem desse aspecto tão importante na vida dos jovens de classe econômica baixa do Brasil.

Portanto, os Cursos Profissionalizantes são necessários, para não dizer obrigatórios e exigíveis, em qualquer país, principalmente para as classes sócio-econômicas baixa ou muito baixa. O campo de alternativas profissionais por eles oferecidos deve ser amplo, permitindo ao jovem diversas opções, em diversos níveis de escolaridade, para que haja acesso de todos com maior facilidade, principalmente para os jovens carentes que o procuram e dele dependem para sua subsistência e a da família, pois, ainda citando GOMES:

Faz-se urgente a articulação da escola com a formação profissional sem que isto implique uma centralização burocrática ou tentativas de ajustamento mecânico entre a oferta e a demanda de trabalhadores. As políticas públicas referentes à Educação e ao trabalho (bem como outras políticas sociais) devem relacionar-se intimamente, entre escolas e agências que ofereçam formação para o trabalho.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número I Jan-jun 2010	Trabalho 03 Páginas 24-39
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após conhecer a situação empregatícia da maioria dos jovens brasileiros de classe sócio-econômica menos favorecida - vulgarmente chamados “pobres” - há uma necessidade de se tomar posição a favor deles. No entanto, esta posição tem de ser governamental, pois não é possível ao cidadão comum, mesmo ao mais solidário, efetuar uma ação que atinja a todos.

Rememorando a situação de desespero, ver-se-á que o empregado brasileiro jovem, de classe sócio-econômica baixa, ingressa no mercado de trabalho em situação muito inferior à dos demais e começa a trabalhar muito cedo - idade mínima exigida; não possui escolaridade completa, pois sua Educação foi adquirida através da vizinhança, dos amigos e da livre convivência na sociedade, ou seja, informalmente; não possui competência/experiência/treinamento/capacitação para o serviço, desenvolvidos pela escola, e é obrigatório à empresa o treinamento desse empregado no local de trabalho; percebe baixo salário como pagamento pelo serviço executado; nem sempre é cadastrado junto ao Serviço de Previdência Social e não participa de seus benefícios; não possui condições de estudar, pois trabalha em um setor informal, inseguro, com tarefas extenuantes e longas jornadas de trabalho; entra como trabalhador de improviso, não escolhe a profissão e não fará carreira como um bom empregado.

Sendo esta a situação atual do jovem trabalhador pobre no Brasil - e em quase todos os países pobres do mundo a situação é a mesma - há necessidade de se cuidar desses jovens, de maneira concreta, providenciando uma Educação séria que lhes permita, pelo menos, o conhecimento técnico-profissional necessário a eles, através de Escolas Profissionalizantes.

A Reforma do Ensino no Brasil, em 1971, legislou justamente sobre essa necessidade. Por ela, o Ensino de 2º. Grau, hoje Ensino Médio, tornava - se profissionalizante, não havendo distinção entre tipos de escola como os há atualmente, se pública ou particular. Todo 2º. Grau, atual Ensino Médio, seria um caminho para se treinar para o trabalho e a empregabilidade era o foco da Educação. Não existia mais a dualidade entre os ensinos acadêmico e

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número I Jan-jun 2010	Trabalho 03 Páginas 24-39
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

profissionalizante. Contudo, houve rejeição pela população, uma vez que os alunos de nível sócio-econômico médio ou alto não se adaptaram à nova escola que os formaria como técnicos em nível médio e não houve boa-vontade política em criar escolas profissionalizantes em todos os locais possuidores de uma escola como a Polivalente - já existente em poucas cidades brasileiras! - destinadas a jovens trabalhadores pobres.

E foram muitos os outros problemas, políticos e sociais, gerados pela criação das Polivalentes e pela Reforma do Ensino em 1971. A partir daí, a Educação voltou a ser dual, as escolas também e o jovem trabalhador pobre sobrou sem o apoio de ninguém.

No entanto, e apesar de tudo, foram as Polivalentes o melhor caminho para os jovens trabalhadores pobres, tanto em relação à Educação sistemática quanto em escolha profissional para o futuro, onde e enquanto elas existiram.

Com efeito, há necessidade de se providenciar algumas soluções para se evitar a situação desesperadora em que se encontra o jovem trabalhador pobre no Brasil. Mesmo que não seja possível saná-las todas, abrandá-las e melhorá-las já é uma grande solução. Embora dependa de ação governamental específica, a escolaridade é e será sempre a base de todo e qualquer processo sócio-político-econômico, principalmente se ele envolve aspectos de empregabilidade. Por isso, torna-se necessário que haja:

- a) ênfase na Educação Geral, pois ela é o centro de toda a solução sócio-político-econômica brasileira e dela depende a resolução de todo e qualquer problema referente ao jovem trabalhador pobre;
- b) incentivo às oportunidades de acesso à formação profissional, com Escolas Profissionalizantes gratuitas e destinadas, primeiramente, à classe sócio-econômica baixa do Brasil;
- c) criação de uma articulação concreta entre a escola e os ambientes de trabalho exteriores para seus alunos, pois o aluno possui necessidade de se inteirar, pessoalmente, sobre as necessidades exigidas para cada profissão por ele estudada - normalmente dentro do campo das mais procuradas pelo

- mercado de trabalho atual - e de suas próprias especificações, seus riscos e vantagens, sua organização trabalhista;
- d) consideração do trabalho como a mais importante participação do ser humano na vida social da Comunidade a que pertence, como cidadão responsável, desde que dele virá a alimentação, o vestuário, o remédio, o lazer, a Educação para toda a família e a solidariedade para com os outros, sejam esses “outros” quem forem;
- e) valorização do jovem trabalhador pobre, que busca se integrar ao mundo que o cerca, de forma honesta e equilibrada, ainda que lhe seja muito difícil pela falta de recursos econômicos e baixa escolaridade.

Assim, a escolaridade seria possível a todos e os jovens de classe social baixa não estariam em desvantagem perante outros de melhor nível sócio-econômico; o trabalho concorreria para o desenvolvimento do país, permitindo aos nele empregados o abrandamento de suas preocupações básicas e o cumprimento de suas obrigações fundamentais, sem necessidade de se estar numa situação tão caótica como nessa em que se encontram hoje, na luta por um emprego pelo menos razoável, por uma empregabilidade menos feroz e mais humana para todos.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. *Financiamento da Educação*. Curitiba: Ibpx, 2004.
- CASSIRER, Ernest. *Linguagem e Mito*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- CERVI, Rejane de Medeiros. *Planejamento e Avaliação Educacional*. Curitiba: Ibpx, 2004.
- DEMO, Pedro. *Metodologia da Investigação em Educação*. Curitiba: Ibpx, 2003.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto. *Projeto Político-Pedagógico*. Curitiba: Ibpx, 2003.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número I Jan-jun 2010	Trabalho 03 Páginas 24-39
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

GOMES, Cândido Alberto. Trajetória Educacional e Ocupacional de Jovens Empregados no Brasil. *Revista Interamericana de Desarrollo Educativo La Educación*, Washington, 1989, págs.103 a 123.

KNECHTEL, Maria do Rosário. *Multiculturalismo e Processos Educacionais*. Curitiba: Ibpex, 2003.

LAKOMY, Ana Maria. *Teorias Cognitivas da Aprendizagem*. Curitiba: Ibpex, 2003.

MUNHOZ, Antonio Siemsen. *Tecnologias Aplicadas à Educação: Educação e Tecnologia na Sociedade de Informação*. Curitiba: Ibpex, 2004.

NEIRA, Marcos Garcia. *Repensando a Prática Pedagógica*. São Paulo: Mackensie, 2005.

POSSARI, Lúcia Helena Vendrúsculo. *Fundamentos e Métodos da Comunicação*. Curitiba: Ibpex, 2004.

PRETI, Oreste. *Fundamentos e Políticas em Educação a Distância*. Curitiba: Ibpex, 2004.

REVISTA BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA APLICADA (todos os artigos). Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, volume 3, no. 2, 2003.

REVISTA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO - Publicação sobre Educação Infantil (todos os artigos). São Paulo: SPCEENLC (Serviço de Publicações do Centro de Estudos da Escola Nova Lourenço Castanho), no. 21, 1970.

REVISTA INTERAMERICANA DE DESARROLLO EDUCATIVO LA EDUCACIÓN (todos os artigos). Washington, DC 2006, 1989.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. *Formação e Profissionalização Docente*. Curitiba: Ibpex, 2003.

WITTMANN, Lauro Carlos. *Gestão Democrática*. Curitiba: Ibpex, 2004.

WITTMANN, Lauro Carlos. *Práticas em Gestão Escolar*. Curitiba: Ibpex, 2004.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número I Jan-jun 2010	Trabalho 03 Páginas 24-39
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	